

nambucano e, em 1954, pela imprensa local e que lhe é, aliás, desconhecida: a de que, em face das câmaras municipais portuguesas, nenhum progresso político significam. Segundo as palavras do Sr. Mário Neme, "a instituição do governo local no Brasil Holandês marcou um nítido retrocesso, do ponto de vista das conquistas democráticas, em confronto com o regime vigorante no Brasil Português" (pág. 250). Eu escrevera em 1954: "o significado do congresso de 1640 não é o de iniciar a democracia entre nós. É o de mostrar o senso político e a dignidade cívica que se haviam infundido em nós por nossa formação portuguesa. Ferindo questões sérias, descobrindo os ardis das propostas neerlandesas, não se atemorizando dos dominadores, equilibrando-se nobremente à igual distância da subserviência e da impertinência, esses brasileiros e portugueses de 1640 mostravam-se dignos descendentes daqueles que, já em 1549, em Olinda, se ajuntavam em Conselho e deliberavam em Câmara protestar junto ao Rei contra a possível retirada de Duarte Coelho".

Nas 257 páginas do seu livro *Fórmulas Políticas no Brasil Holandês*, com vários capítulos dedicados à liberdade de comércio e de consciência, à administração da justiça, às relações com os índios, etc., e valendo-se, inclusive, de copiosas indicações históricas do ilustre Professor José Antônio Gonsalves de Melo, da nossa Universidade, — o Sr. Mário Neme conclui que "os holandeses que desembarcaram em Olinda em fevereiro de 1630, nada tinham a ensinar aos pernambucanos em matéria de organização política ou em matéria de relações jurídicas".

LUIZ DELGADO

NECROLOGIA

PROF. LUIZ RODOLFO DE ARAÚJO JÚNIOR

A morte veio arrebatá-lo do convívio de sua família, de seus amigos, de amigos, de seus colegas, quando ainda em plena maturidade e reagindo corajosamente contra moléstias que, a despeito de pertinazes, não haviam logrado quebrantar-lhe o ânimo, a disposição de viver e lutar.

Sem dúvida, era o Prof. Luiz Rodolfo de Araújo um homem ainda relativamente moço pois tinha apenas 47 anos. Mas, sua grande disposição de viver vinha sobretudo de seu temperamento combativo, que lhe dava coragem para enfrentar e superar situações das mais difíceis.

Muito jovem ainda, quando fazia o curso ginasial no Colégio Marista, desta Cidade, foi vitimado por uma paralisia infantil, que tornou penosa e árdua a continuação de seus estudos. Mas a doença não o abateu. Antes, pelo contrário, dela saiu revigorado, ao menos espiritualmente, para a luta da vida.

E assim concluiu sua formação humanística e assim iniciou seu curso de bacharelado. Nos estudos universitários, teve a companhia e o incentivo valiosíssimo de seu irmão mais velho, o mestre universitário Rodolfo Araújo, homem também de disposição e coragem, iluminadas por uma profunda fé cristã e grande generosidade, virtudes e qualidades que influíram certamente na formação do então jovem Luiz.

Ei-lo finalmente diplomado pela velha e tradicional Faculdade de Direito que tanto amava, nos idos de 1948. A partir daí, graças à sua inteligência, à sua dedicação aos estudos, ao seu ânimo para o trabalho e ao seu senso de responsabilidade, sua carreira foi vertiginosa.

Logo foi aproveitado pelo antigo IAPETC, onde já trabalhava, sendo nomeado procurador daquela autarquia neste Estado, função que exerceria eficientemente até a morte.

Na advocacia, associado ao seu irmão mais velho, bem cedo se destacaria como advogado atuante e respeitado no foro do Recife. Seu nome foi se impondo dentre os seus colegas de profissão e não demorou a ser escolhido conselheiro da Ordem dos Advogados de Pernambuco, cargo que exerceu dedicadamente até pouco antes de falecer, quando um segundo e mais severo ataque da doença, que finalmente o abateria, obrigou-o a restringir, embora relutantemente, suas já numerosas atividades.

Como advogado também e jurista de notório saber é que Luiz Rodolfo foi nomeado e exerceu condignamente, por 2 mandatos sucessivos, as elevadas funções de Juiz do Tribunal Regional Eleitoral de nosso Estado.

Não seria, porém, no Ministério Público, nem na advocacia ou mesmo na magistratura eleitoral que o nosso pranteado colega e amigo encontraria o coroamento de sua carreira.

Estimulado talvez pelo exemplo do irmão mais velho, que desde 1946 vinha ensinando nesta Faculdade e de quem chegara mesmo a ser aluno, Luiz Rodolfo sentiu também muito cedo a atração para o magistério. Advogado militante e competente, percebeu ser no ensino do direito processual que melhormente atenderia à sua vocação de professor.

Logo apresentaria sua primeira tese, "Da Citação", que lhe valeria o título de livre docente da Faculdade de Direito. Pouco depois, no ano de 1964, pugnavam por uma das cadeiras de Direito Judiciário Civil, defendendo brilhantemente sua segunda tese, "Do Litisconsórcio Necessário Passivo em Mandado de Segurança".

Nela o ilustre mestre analisou com profundidade a doutrina nacional e estrangeira sobre o litisconsórcio necessário, sua regulamentação no Código de Processo Civil em vigor e no Ante-Projeto de autoria do Professor e Ministro Alfredo Buzaid, a natureza jurídica do mandado de segurança e, finalmente, o seu tema central, concluindo pela obrigatoriedade do litisconsórcio necessário passivo no mandado de segurança contra atos administrativos em geral, toda vez que da sentença de provimento resultasse um prejuízo jurídico a outra pessoa e de tal forma que a projeção desse prejuízo fosse condição necessária à realização do direito do impetrante.

Vitorioso no concurso, bem depressa se impôs o novo catedrático como mestre de raras qualidades. Ao preparo científico aliava a facilidade de expressão, a comunicabilidade com os alunos, que tinham nele, mais que um professor, um amigo.

Isto o fez muito querido do corpo discente da sua Faculdade, que o elegeu, por várias vezes, paraninfo ou homenageado das turmas de concluintes que havia ensinado.

A Universidade Católica não podia deixar de aproveitá-lo. E logo o convidou para professor titular de processo civil na sua Escola de Direito, onde também se destacou dentre os melhores mestres.

Aí temos, em rápidas pinceladas, um pálido retrato da vida e da carreira do grande mestre desaparecido. Por tudo isto e sobretudo pelas suas qualidades de amigo leal e destemido é que agora choramos o seu prematuro desaparecimento e lhe rendemos esta singela homenagem. — J. AJURICABA E SILVA

JORDÃO EMERENCIANO (1919-1972)

A Universidade Federal de Pernambuco perdeu no dia 17 de fevereiro um de seus valores mais expressivos: o Prof. Jordão Emerenciano, titular de Literatura Portuguesa do Instituto de Letras e fundador do Centro de Estudos Portugueses daquela mesma Unidade. Ultimamente, o Prof. Jordão Emerenciano vinha ocupando as funções de coordenador geral do Curso para Estudos de Problemas Brasileiros, tendo assegurado a essa disciplina um mecanismo estrutural que reunia em foruns, ciclos de estudos, seminários e debates não apenas estudantes, mas também homens públicos, jornalistas, economistas, historiadores e todos os que — como ele próprio dizia — se mostravam preocupados com o conhecimento dos problemas de nosso país.

Embora tendo ocupado numerosas funções públicas, entre as quais as de Chefe da Casa Civil no Governo do sr. Cid Sampaio, além de suplente de Senador da República durante um período de oito anos, foi sobretudo como professor que se revelou, em toda a plenitude, a personalidade de Jordão Emerenciano. Alguns dos estudos que escreveu — talvez os mais importantes — se encontram no prelo, tais como os ensaios sobre Gil Vicente, frei Luís de Souza e outros escritores portugueses clássicos e modernos. Graduado em Direito e licenciado em Biblioteconomia, mostrava-se preocupado com as questões relacionadas com o ensino de sua disciplina e a bibliografia. Com o objetivo de colocar ao alcance de seus alunos as fontes básicas para os estudos portugueses, publicou em 1965 o livro *Três instrumentos de trabalho*, lançado pela Imprensa Universitária e que, desde logo, passou a ser fonte indispensável de consulta, tanto para alunos quanto para professores e investigadores literários. Em 1966, participando do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, apresentou em Coimbra um trabalho sobre o fundador do Teatro português, intitulado *A hora de Gil Vicente*. Ainda em 1966, defendeu no I Encontro de Professores de Literatura Portuguesa, em Salvador, uma tese à que deu o nome de *Contribuição bibliográfica para estudantes brasileiros de literatura portuguesa*. Em 1968, organizou — como o fez durante 14 anos — o X Seminário de Literatura Portuguesa, ocasião em que apresentou mais um estudo de importância para os pesquisadores em Letras e Biblioteconomia: *Fidelino de Figueiredo, Bibliógrafo*.

Contudo, além dos estudos portugueses, a problemática de nosso país, inclusive da região, sempre constituiu para o Prof. Jordão Emerenciano um tema constante de suas dissertações: *A retirada para o Brasil, Notas à margem da interpretação marxista da história, D. João VI, o Rei e o Homem, Joaquim Nabuco e a Igreja, José Mariano ou o elogio da tribuna* são alguns de seus estudos publicados em suplementos literários, e revistas de cultura. Recentemente, conseguiu reavivar na memória das novas gerações a personalidade do Conde da Boa Vista, em um ensaio intitulado *Francisco do Rego Barros*, publicado no vol. I do *Estudo dos Problemas Brasileiros*, lançado pela Editora Universitária em 1971. Também nesse mesmo volume, figura um estudo seu sobre Oliveira Lima: *O pernambucano Oliveira Lima e a imagem do Brasil no estrangeiro*.

Quando o governador Agamenon Magalhães resolveu editar os *Anais* de Pereira da Costa, o Prof. Nilo Pereira, então deputado na Assembléia Legislativa, sugeriu que a coordenação dos trabalhos editoriais deveria ser entregue ao Prof. Jordão Emerenciano, diretor do Arquivo Público. No desempenho desse cargo, nunca será demasiado ressaltar a importância da obra cultural realizada por Jordão Emerenciano, uma ação de primeiro plano, como se pode testemunhar através da edição de dez volumes daqueles *Anais*, contando sempre com o apoio do diretor da Imprensa Oficial, jornalista Cleofas de Oliveira, que supervisionou os trabalhos gráficos. Posteriormente, encarregou-se da edição de uma obra destinada a alcançar repercussões no mundo da medicina tropical: *Mourão, Rosa e Pimenta*, prefaciado por Gilberto Freyre.

Por tudo isso, o desaparecimento prematuro do Prof. Jordão Emerenciano, quando contava apenas pouco mais de cinquenta anos de idade, representa uma perda não só para Pernambuco, mas para toda a comunidade nordestina a que ele sempre serviu com muito espírito público. — CÉSAR LEAL

O CÍRCULO DO TEMPO

JOSÉ RODRIGUES DE PAIVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
EDITORA UNIVERSITÁRIA
RECIFE — 1972